

## **A EXPERIÊNCIA DOS ALUNOS NO ACOMPANHAMENTO DO CRESCIMENTO INFANTIL NA COMUNIDADE DO ALTIPLANO**

### **Linha: Extensão**

Cintya Nunes de Sá Alves<sup>1</sup>; Euzélia Dias de Alencar Luna<sup>2</sup>; Fabrício Ferreira Ananias de Carvalho<sup>3</sup>; Gabriela Cabral Guimarães<sup>4</sup>; Leila Joselete Bernardino<sup>5</sup>; Susana Melo de Albuquerque<sup>6</sup>; Anielle Chaves de Araújo Brandão<sup>7</sup>.

<sup>1234567</sup>Afya Paraíba, João Pessoa – PB

### **Introdução**

O acompanhamento do crescimento e o desenvolvimento infantil constitui um dos pilares da Atenção Primária à Saúde (APS), sendo essencial para a detecção precoce de agravos e a promoção da saúde integral na infância. Essa etapa da vida representa um período de intensas transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais, as quais determinam, em grande medida, a saúde e o bem-estar na vida adulta (Brasil, 2021).

A avaliação sistemática do crescimento infantil, aliada à educação em saúde e à orientação familiar, possibilita identificar fatores de risco nutricional e orientar intervenções oportunas, especialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade social. Esse acompanhamento contínuo permite não apenas detectar precocemente desvios no estado nutricional, mas também compreender os determinantes sociais que influenciam o crescimento e o desenvolvimento das crianças, como condições de moradia, renda, escolaridade dos responsáveis e acesso aos serviços de saúde.

Quando associada a estratégias educativas, ela fortalece a autonomia dos cuidadores e contribui para a construção de ambientes mais saudáveis, promovendo o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, cognitivo e emocional (Victora et al., 2021).

Dessa forma, o acompanhamento sistemático do crescimento infantil é uma ação essencial da Atenção Primária à Saúde por constituir a base para a vigilância nutricional e para a promoção da saúde ao longo da vida. Além disso, intervenções precoces durante os primeiros anos são decisivas para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis na vida adulta, reforçando o papel da infância como período crítico para a formação de hábitos e trajetórias de saúde (Black et al., 2017). Na Paraíba, indicadores recentes evidenciam desafios expressivos: em 2020, 9,6% das crianças de 5 a 9 anos apresentavam baixa estatura para a idade, sinalizando riscos de desnutrição crônica (Brasil, 2021). Além disso, em 2023, cerca de 37,4% da população



paraibana vivia em insegurança alimentar (IBGE, 2023), o que reforça a urgência de estratégias locais integradas que contribuam para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2 – Fome Zero e ODS 3 – Saúde e Bem-Estar).

Diante desse cenário, o projeto tem por objetivo geral relatar a experiência da ação de extensão que visou promover a saúde infantil por meio da avaliação nutricional, verificação da situação vacinal e realização de atividades educativas junto à comunidade. O trabalho fundamenta-se na relevância social e sanitária de fortalecer práticas de vigilância do crescimento e educação em saúde em territórios de vulnerabilidade.

### **Métodos**

Trata-se de um estudo descritivo, de caráter observacional e abordagem qualitativa, desenvolvido com foco na promoção da saúde infantil e no monitoramento do crescimento de crianças residentes numa comunidade, localizada no bairro Altiplano, município de João Pessoa (PB). A pesquisa foi conduzida no mês de outubro de 2025, em parceria com a Pastoral da Criança, integrando atividades práticas de extensão universitária e ações de saúde coletiva desenvolvidas por estudantes de Medicina.

A população-alvo foi composta por 60 crianças, de 0 a 9 anos de idade, cadastradas previamente pela Pastoral da Criança e residentes numa comunidade, em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As atividades ocorreram em área comunitária da própria Pastoral da Criança. Para a realização da ação, foi elaborado um convite formal com o objetivo de divulgar a atividade e garantir uma ampla participação da comunidade. Esse convite foi encaminhado à Pastoral da Criança que se responsabilizou por repassar o convite aos membros da comunidade, reforçando a importância do evento e convidando-os a comparecer.

Inicialmente, foi realizada a elaboração de *folders* educativos contendo informações sobre alimentação saudável, importância da vacinação e acompanhamento do crescimento infantil. Realizou-se o cadastro individual das crianças, seguido de medições antropométricas, incluindo peso corporal, estatura e perímetro cefálico (para menores de 2 anos). As medições seguiram os protocolos padronizados pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 2006). Os resultados das medições foram interpretados segundo as curvas de crescimento da OMS (WHO, 2006), com cálculo dos índices peso/idade, altura/idade e IMC/idade, expressos em escores z. Também foi realizada a verificação da situação vacinal por meio das cadernetas de vacinação apresentadas pelos responsáveis.

Após a análise, foi conduzida uma devolutiva individual às famílias, com orientações práticas. Em seguida, realizou-se uma atividade educativa coletiva, com distribuição de *folders*

e de lanche saudável preparado a partir de alimentos minimamente processados.

Ao término da ação de extensão, os próprios discentes realizaram uma avaliação reflexiva acerca das atividades desenvolvidas, com o intuito de verificar o alcance dos objetivos previamente estabelecidos. Esse momento foi fundamental para promover a autocrítica e o aprimoramento do processo de aprendizagem, permitindo identificar os pontos fortes da ação, bem como os aspectos que podem ser melhorados em futuras intervenções. A avaliação também serviu para fortalecer o compromisso social dos estudantes, reforçando a importância da extensão universitária como espaço de troca de saberes entre a academia e a comunidade.

### **Resultados e Discussão**

A execução do projeto permitiu um olhar ampliado sobre as condições de crescimento, nutrição e imunização das crianças participantes. A avaliação antropométrica revelou-se uma ferramenta essencial para o reconhecimento precoce de desvios no estado nutricional, sejam eles decorrentes de déficit de crescimento ou excesso de peso. Paralelamente, casos de excesso de peso também se mostraram presentes, o que reforça a coexistência da dupla carga de má nutrição — desnutrição e sobrepeso ocorrendo simultaneamente em uma mesma população (Monteiro et al., 2019).

Na verificação da situação vacinal, observou-se que a dependência de registros informais e cadernetas de vacinação incompletas se constituíram em desafios, o que pode ter comprometido a precisão de algumas informações e dificultado o planejamento de ações de busca ativa. A realização das atividades educativas e a entrega dos folders informativos favoreceram o diálogo entre estudantes, famílias e líderes comunitários, fortalecendo o vínculo entre a população e os serviços de saúde. Essa abordagem lúdica e participativa contribuiu para a autonomia dos cuidadores.

Além dos benefícios diretos às famílias, o projeto proporcionou impacto formativo para os estudantes de Medicina, ao integrá-los a práticas reais de saúde coletiva e atenção básica, fortalecendo competências humanísticas e o compromisso ético-social. A integração entre universidade, comunidade e instituições de base, como a Pastoral da Criança, mostrou-se um caminho promissor para a consolidação de práticas sustentáveis de saúde pública.

### **Considerações Finais**

A presente ação de extensão evidenciou a importância do acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento infantil como estratégia fundamental para a promoção da saúde e prevenção de agravos na primeira infância. A integração entre avaliação

antropométrica, verificação vacinal e educação em saúde mostrou-se eficaz para ampliar o vínculo entre a comunidade e os serviços de atenção básica. O engajamento das famílias e o protagonismo dos estudantes de Medicina contribuíram para fortalecer o caráter formativo do projeto. Sugere-se a continuidade das ações por meio de projetos semestrais ou anuais, que possibilitem o monitoramento sistemático e o fortalecimento das parcerias com a Atenção Primária à Saúde local. Recomenda-se, ainda, a ampliação das atividades educativas voltadas para alimentação saudável e adesão vacinal, com enfoque participativo e intersetorial.

### Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_alimentacao\\_nutricao.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf). Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderneta de Saúde da Criança: Menina/Menino. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2025.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000.

CASTRO, Iramaia C. de; SOUZA, Eloísa M. de. Vigilância do crescimento infantil e promoção da saúde: práticas e desafios na atenção primária. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 52, n. 4, p. 1-9, 2018.

CUNHA, Ana Paula; SANTOS, Luciana M. P. Determinantes sociais e nutricionais do crescimento infantil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 6, p. 1-12, 2019.

DOMINGUES, C. M. A. S.; TEIXEIRA, A. M. S. Coberturas vacinais e doenças imunopreveníveis no Brasil: situação atual e desafios. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, n. 7, e00170221, 2022.

MONTEIRO, Carlos Augusto et al. A classificação NOVA de alimentos: origem, aplicação e impacto na saúde pública. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 52, n. 54, p. 1-11, 2018.

OLIVEIRA, M. C. S. et al. Estado nutricional e fatores associados em crianças acompanhadas na Atenção Primária à Saúde do Nordeste brasileiro. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 56, n. 42, p. 1-10, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Padrões de crescimento infantil: métodos e desenvolvimento. Genebra: OMS, 2006.

SILVA, Daniela R. P.; REIS, Patrícia M.; ALVES, Carolina F. Educação em saúde e empoderamento comunitário: desafios e potencialidades na atenção básica. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 25, n. 1, p. 1-12, 2021.